

Ação
Comunitária
do Brasil -
Vocação

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanco patrimonial	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Conselheiros e da
Ação Comunitária do Brasil – Vocação
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ação Comunitária do Brasil – Vocação (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ação Comunitária do Brasil – Vocação em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 12 de abril de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

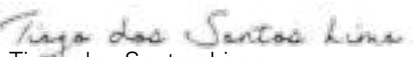
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de junho de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Tiago dos Santos Lima
Contador CRC 1SP-268549/O-6

Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2021	2020
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.738	3.161	Fornecedores	11	683	407
Recursos vinculados a projetos	5	5.246	3.399	Financiamentos	-	-	6
Contas a receber	6	1.677	1.379	Férias e encargos a pagar	12	970	714
Estoques	-	247	231	Impostos a recolher	-	2	3
Outros contas a receber	7	1.600	2.144	Recursos vinculados a projetos	5	5.246	3.399
Despesas antecipadas	-	122	84	Outras contas a pagar	-	215	356
Total do ativo circulante		12.630	10.398	Total do passivo circulante		7.116	4.885
Ativo não circulante				Patrimônio líquido			
Precatório	8	402	160	Patrimônio social	13	7.602	8.724
Imobilizado	9	1.913	1.894	Superávit (déficit) acumulado	13	252	(1.122)
Intangível	10	25	35	Total do patrimônio líquido		7.854	7.602
Total do ativo não circulante		2.340	2.089				
Total do ativo		14.970	12.487	Total do passivo e patrimônio líquido		14.970	12.487

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Receitas operacionais	Notas	2021	2020
Com restrições			
Subvenções e convênios	15	2.083	2.793
		<u>2.083</u>	<u>2.793</u>
Sem restrições			
Receitas institucionais	16	5.767	4.989
Receita com aprendizagem e estágio	17	2.080	1.570
Venda de brindes corporativos	18	8.622	5.661
Gratuidades recebidas	25	152	302
		<u>16.621</u>	<u>12.522</u>
Total das receitas operacionais		<u>18.704</u>	<u>15.315</u>
Custo e despesas com a geração de recursos			
Custo dos brindes vendidos	18a)	(5.033)	(3.237)
Despesas com a venda dos brindes corporativos	18b)	(2.325)	(2.010)
Despesas com nota fiscal paulista	18c)	(916)	(1.015)
		<u>(8.274)</u>	<u>(6.262)</u>
Custos e despesas operacionais			
Com restrições			
Assistência social	19a)	(2.083)	(2.793)
		<u>(2.083)</u>	<u>(2.793)</u>
Sem restrições			
Assistência social	19b)	(5.503)	(5.071)
Despesas administrativas e gerais	19c)	(1.415)	(1.133)
Despesas com mobilização de recursos	19d)	(1.083)	(668)
Depreciação e amortização	-	(215)	(239)
Gratuidades recebidas	25	(152)	(302)
		<u>(8.368)</u>	<u>(7.412)</u>
Total dos custos e despesas operacionais		<u>(18.725)</u>	<u>(16.467)</u>
Déficit antes do resultado financeiro		<u>(21)</u>	<u>(1.152)</u>
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		387	143
Despesas financeiras		(114)	(112)
		<u>273</u>	<u>31</u>
Superávit (déficit) do exercício		<u>252</u>	<u>(1.122)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Superávit (déficit) do exercício	252	(1.122)
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit (déficit) do exercício	252	(1.122)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - São Paulo

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.985	739	8.724
Incorporação do superávit do exercício anterior	739	(739)	-
Déficit do exercício	-	(1.122)	(1.122)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.724	(1.122)	7.602
Incorporação do déficit do exercício anterior	(1.122)	1.122	-
Superávit do exercício	-	252	252
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.602	252	7.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ação Comunitária do Brasil - Vocação

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Das atividades operacionais		
Superávit e (déficit) do exercício	252	(1.122)
Ajustes para conciliar o superávit às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	215	239
Valor residual na baixa de ativo imobilizado	1	4
	468	(879)
Aumento (redução) das contas do ativo		
Recursos vinculados a projetos	(1.847)	96
Contas a receber	(298)	(88)
Estoques	(16)	(21)
Outros contas a receber	544	(338)
Precatório	(242)	-
Despesas antecipadas	(38)	(25)
Depósito judiciais	-	79
Outros ativos	-	5
(Aumento) redução das contas do passivos		
Fornecedores	276	(33)
Férias e encargos a pagar	256	(70)
Recursos vinculados a projetos	1.847	(96)
Impostos a recolher	(1)	1
Outras contas a pagar	(141)	165
Caixa proveniente gerado das (utilizado nas) atividades operacionais	808	(1.204)
Das atividades de investimentos		
Aquisições imobilizado e intangível	(225)	(177)
Caixa líquido utilizado nas atividade de investimento	(225)	(177)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(6)	(7)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos	(6)	(7)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	577	(1.388)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	3.161	4.549
No final do exercício	3.738	3.161
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	577	(1.388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Ação Comunitária do Brasil - Vocação, doravante denominada “Entidade”, sob nome fantasia “Vocação”, foi constituída em 1967, com sede em São Paulo – Capital na rua Amacás, 243 - Campo Limpo, CEP 05792-030.

É uma entidade de direito privado, beneficente, sem finalidade de lucros, sem credo religioso e sem vinculação político-partidária, isenta de qualquer forma de discriminação em relação à raça, sexo, cor, idade, origem ou qualquer outra natureza. Seu objetivo é a promoção da inclusão social por meio de programas socioeducativos, socioassistenciais, culturais, de esporte e lazer e preservação ambiental, para solução de questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, prestando para tais fins, serviços gratuitos, permanentes, conforme a legislação em vigor. Dedicar-se também, à realização de estudos, pesquisas e projetos, por si ou por meio de terceiros, objetivando a formação de tecnologia para o desenvolvimento social e cultural, bem como a prestação de serviços a órgãos públicos, a instituições voltadas para o combate das desigualdades social e às Entidades privadas.

Para a consecução desse objetivo, utilizará os meios disponíveis para pesquisas e estudos, visando o desenvolvimento de planos e ações, bem como a mobilização de recursos privados e públicos, nacionais ou estrangeiros necessários ao bom desenvolvimento de suas atividades. É reconhecida como entidade de utilidade pública, estadual e municipal.

1.1 Impactos da Covid-19

Considerando os efeitos da pandemia, a Vocação reorganizou sua operação e adotou as medidas e orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil na luta contra a propagação do vírus.

Todas as atividades previstas em seus projetos e programas bem como as atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SVFV) e as Ações de Apoio e Integração ao Mundo do Trabalho foram adequadas para o formato remoto e ou suspensas conforme recomendações das autoridades da saúde e os demais órgãos competentes.

Falando sobre as unidades provedoras de recursos da Entidade, 2021 foi um período de retomada, com destaque para a venda de brindes corporativos e o programa de aprendizagem. Com o avanço da vacinação e uma estratégia focada na conquista de mercado tais unidades contribuíram de forma positiva para o custeio e manutenção das demais atividades da Entidade.

Diante dos desafios apresentados durante a pandemia a Entidade também reforçou suas estratégias de comunicação e marketing ampliando o seu time de mobilização de recursos.

A Entidade segue um monitoramento contínuo dos impactos causados pela pandemia do COVID-19 e até o momento da publicação destas demonstrações não sofreu impacto relevante em sua liquidez e patrimônio.

1.2 Projetos geridos pela Entidade

A Entidade promove a inclusão e proteção social assegurando por meio de seus programas, projetos e serviços socioassistenciais, na perspectiva da autonomia, defesa e garantia de direitos, solucionar questões típicas de comunidades em situação de vulnerabilidade social.

Nossos serviços são operacionalizados de forma permanente, continuada e planejada, orientados pelo princípio de igualdade de direitos no acesso sem discriminação de qualquer natureza, sem nenhum tipo de cobrança nas ações ofertadas e com a mobilização e garantia de processos participativos dos usuários.

Os serviços, programas e projetos conforme disposto na tipificação nacional de serviços socioassistenciais - resolução CNAS 109/2009, são executados na proteção social básica por meio do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos e programas para integração ao mundo do trabalho.

Já as ações de assessoramento, balizadas na resolução CNAS nº 27/2011, são realizadas às organizações da sociedade civil e às equipes multidisciplinares dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Trata-se de assessoramento técnico, político e financeiro.

Durante os exercícios de 2021 e 2020, a Entidade executou os projetos relacionados a seguir:

- **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 06 a 14 anos** - trata-se de espaço de convivência, que desenvolve o protagonismo e a autonomia das crianças e adolescentes a partir dos interesses, demanda e potencialidades deles próprios. As ações são lúdicas, culturais e esportivas garantindo a sociabilidade, interação, sociabilidade e aprendizagem conforme preconizado na resolução CNAS nº 109/2009;
- **Inserção de Jovens ao Mundo do Trabalho** - oferece capacitação profissional visando criar melhores oportunidades de integração dos jovens ao mundo do trabalho. A metodologia visa orientar a obtenção do primeiro emprego, por meio do uso das novas tecnologias para a promoção da aprendizagem (games, apps e plataformas digitais). Todas as ações convergem para tornar os jovens mais preparados para a vida; com mais autonomia, conhecimento e experiência para impactar a sociedade de forma positiva;
- **Programa de aprendizagem e estágio**- é voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social ao mundo do trabalho;
- **Assessoramento político e técnico** - o assessoramento técnico e político oferecido pela Entidade objetiva principalmente capacitar as organizações da sociedade civil voltadas para a aquisição de conhecimentos, habilidades e desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o alcance da autonomia pessoal e social dos usuários da assistência social e facilitem a sua convivência familiar e comunitária;
- **Assessoramento administrativo financeiro** – tem como objetivo de fomentar e apoiar projetos de inclusão social, com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, a Entidade, ofereceu durante 2021, o assessoramento financeiro às organizações da sociedade civil. Por meio desta ação, efetuamos repasses financeiros permanentes e planejados às organizações, custeando recursos humanos, materiais pedagógicos, alimentação, ajuda de custo para transporte, e entre outros; e

- **Campanhas emergenciais** – diante do desafio a Entidade atuou por meio de campanhas para auxiliar no enfrentamento das vulnerabilidades sociais. A primeira campanha lançada foi “Alimentando Esperança”, com o objetivo arrecadar fundos para a distribuição de cestas básicas e produtos de higiene.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A administração da Entidade autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 14 de junho de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa (CPC PME), incluindo as normas específicas para Entidades sem fins lucrativos a ITG 2002(R1) – Entidades Sem Finalidade de Lucros.

Mais detalhes sobre as políticas da Entidade são apresentados na nota explicativa nº 3 - Principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b. Incertezas sobre estimativas e premissas

As informações sobre estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 6 – Contas a receber – Provisão para créditos de liquidação duvidosa - mensuração de perda de crédito para contas a receber: principais premissas na determinação dos critérios para definição da provisão;

A Administração da Entidade não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(i) Mensuração a valor justo

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração e divulgação. Os valores justos de ativos e passivos são equivalentes aos valores contábeis apresentados, consequentemente, não foram requeridos ajustes.

3 Principais políticas contábeis

A Entidade aplicou as práticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente para o exercício corrente e comparativo, apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Entidade na elaboração das suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa (CPC PME), aplicou integralmente a seção 11, para definir os aspectos de reconhecimento, reversão, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros básicos. Por não possuir instrumentos financeiros complexos, a seção 12 não é aplicável.

Instrumentos financeiros básicos ativos incluem: caixa e equivalentes de caixa, recursos vinculados a projetos, contas a receber, outros contas a receber, e instrumentos financeiros básicos passivos incluem: fornecedores, outras contas a pagar, e recursos vinculados a projetos.

Instrumentos financeiros básicos são reconhecidos inicialmente pelo custo da operação acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Se um ativo ou passivo financeiro atender ao conceito de transação financeira, nos termos da seção 11 do CPC PME, é avaliado com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante.

A Entidade reconhece os instrumentos financeiros básicos na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Entidade nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Entidade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b. Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição

Referem-se a recursos mantidos em fundo fixo de caixa e em contas-correntes bancárias, são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, não há nenhuma restrição ou direcionamento quanto a utilização, deverão ser utilizados para manutenção das atividades da Entidade.

c. Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com recebimento fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da entidade compreendem contas a receber, outros contas a receber e recursos vinculados a projetos.

d. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor faturado e referem-se às vendas de produtos e serviços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração, considerando a análise histórica do recebimento, análises qualitativas e quantitativas, as quais consideram ainda títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, para fazer em face de eventuais perdas na realização das contas a receber.

e. Recursos vinculados a projetos

A Entidade mantém neste saldo os recursos recebidos através da Lei Rouanet, Condeca e Fumcad, que ainda não foram aplicados nos projetos conforme detalhado na nota explicativa nº 5.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos no ativo e em contra partida o crédito de projetos vinculados a executar no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data base do encerramento do exercício social.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, baseado no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes.

Os estoques compreendem os brindes não vendidos até o término do exercício e outros materiais.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

	Vida útil	(%) Taxas anuais de depreciação
Computadores e periféricos	5 anos	20%
Instalações	10 anos	10%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10%
Móveis e utensílios	10 anos	10%
Veículos	10 anos	10%
Edifícios	32 a 59 anos	1,5%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração não identificou nenhuma alteração em relação a estimativa da vida útil para o exercício corrente e comparativo.

h. Intangíveis

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes estão apresentados aos valores de custo, que não excedem o valor de realização.

j. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

k. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

m. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. A Entidade não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e também não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

n. Patrimônio social

Constituído pela dotação inicial de bens móveis e imóveis, títulos, rendas, valores e direitos, acrescido (ou diminuído), pelo superávit (ou déficit) apurado em cada exercício.

o. Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Entidade, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Receita operacional - com restrição:

Subvenções e assistência governamentais - a receita obtida por meio da celebração e a execução de convênios e parcerias entre entidades governamentais e a Entidade, são registradas em conta patrimonial específica em atendimento a CPC 07 - subvenções e assistência governamentais, e na medida em que as atividades e ações previstas no plano de trabalho são executadas, as receitas e custos relacionados são apropriadas no resultado do exercício.

Receita operacional - sem restrição:

Venda de produtos ou serviços – a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da entidade.

Doações e contribuições – A Entidade recebe doações para financiar as suas atividades operacionais, tais doações sem destinação específicas por parte do doador. As receitas de doações são registradas quando do recebimento em função da impossibilidade de prever os valores e os períodos de recebimentos e, conseqüentemente, registrar por competência a entrada de tais recursos.

Receitas com gratuidades recebidas As receitas com gratuidades recebidas são reconhecidas no resultado do período como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1).

p. Resultado financeiro líquido

O Resultado financeiro, líquido da Entidade compreende: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

q. Gratuidades concedidas

Tendo em vista que a entidade é uma entidade sem fins lucrativos, beneficente de assistência social e reconhecida de utilidade pública, parte substancial de suas despesas é considerada como gratuidade concedida, conforme mencionado na nota explicativa nº 21.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	7	7
Bancos conta movimento	45	51
Aplicações financeiras sem restrição (a)	3.686	3.103
Total	3.738	3.161

- (a) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e os valores estão sujeitos às mudanças nas taxas de juros para os rendimentos pós-fixados, com liquidez diária, remuneradas a taxa de 91% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (retorno médio de 95% em 2020).

5 Recursos vinculados a projetos

	2021	2020
Bancos - conta corrente	1.645	2.019
Aplicações financeiras	3.598	513
Projetos a receber	3	867
Total	5.246	3.399

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de recursos recebidos que serão utilizados exclusivamente em contrato de gestão de projetos de leis de incentivo. A entidade mantém os recursos recebidos, aplicados financeiramente enquanto não aplicados. Todo o rendimento financeiro pode ser revertido para aplicação nas atividades ou devolvido como saldo remanescente no final do projeto. Os rendimentos pós-fixados, remuneradas a taxa de 91% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez diária (retorno médio de 95% em 2020).

Lei Rouanet

A Lei federal de incentivo à cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também por Lei Rouanet, institui políticas públicas para a cultura nacional, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). As diretrizes para a cultura nacional foram estabelecidas nos primeiros artigos, e sua base é a promoção, proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

A Lei Rouanet é a política de incentivos fiscais que possibilita as Entidades (pessoas jurídicas) e cidadãos (pessoa física) aplicarem uma parte do imposto de renda devido em ações culturais.

Fumcad

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fumcad) foi criado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei federal 8.069/90), e através da conscientização da utilização da renúncia fiscal do imposto de renda, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes (por meio de doações via lei número 8.069/90 do Fumcad). Os recursos são administrados pelos conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente, compostos por representantes do governo e da sociedade civil.

Condeca

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo (Condeca/SP), criado pela lei estadual nº 8.074/92 e regulamentado pelo decreto estadual nº 39.059/94, em atendimento às disposições dos artigos 87 e 88 da lei federal nº 8.069/90 - ECA, busca beneficiar entidades com projetos que apoiem o desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Os recursos gerados por meio deste mecanismo, financiam as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, inserção de jovens ao mundo do trabalho e assessoramento da Entidade, descritos nota explicativa nº 21.

6 Contas a receber

	2021	2020
Venda de brindes corporativos (a vencer)	1.556	1.287
Venda de brindes corporativos (vencidos)	<u>294</u>	<u>240</u>
	1.850	1.527
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD (a)	<u>(173)</u>	<u>(148)</u>
Total	<u>1.677</u>	<u>1.379</u>

- (a) Valores de títulos vencidos a mais de 90 dias com reversão dos títulos registrados em cartório e registradas em cobrança judicial, conforme políticas de recuperação de crédito interno.

(i) Composição da carteira por idade de vencimento

	2021	2020
A vencer	1.556	1.287
Vencidos		
Vencidos de até 30 dias	94	47
Vencidos de 31 a 60 dias	2	11
Vencidos de 61 a 90 dias (a)	1	8
Vencidos de 91 a 180 dias (a)	-	28
Vencidos acima de 180 dias (a)	197	146
Total dos vencidos	294	240

Movimentação da PECLD

Saldos em 31 de dezembro de 2019	(112)
Constituição	(36)
Reversão	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(148)
Constituição	(25)
Reversão	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(173)

7 Outros contas a receber

	2021	2020
Nota fiscal paulista a receber (a)	1.018	777
Adiantamentos efetuados a projetos	432	1.223
Adiantamentos	144	138
Outras contas a receber	6	6
Total	1.600	2.144

- (a) De acordo com os termos da Lei nº 12.685/2007 programa de estímulo à cidadania fiscal do estado de São Paulo, as entidades de assistência social podem se beneficiar no programa da nota fiscal paulista, recebendo notas e cupons fiscais sem a identificação do CPF do consumidor e cadastrá-las no sistema da nota fiscal paulista com seu CNPJ, assim como participar dos sorteios realizados mensalmente pelo programa;

8 Precatório

A Entidade impetrou mandado de segurança em julho de 1992 na 9ª vara da fazenda pública da comarca da capital de São Paulo, contra o delegado regional tributário da grande São Paulo, objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de ICMS sobre a venda de agendas e cartões de natal, argumentando ser reconhecida como Entidade imune de utilidade pública federal, estadual e municipal.

Nesse processo, vitorioso em instância final, a decisão judicial proferida em 9 de novembro de 1998 determinou à fazenda do Estado a restituição do imposto que fora indevidamente recolhido nos exercícios de 1990 e 1991, no total de R\$ 570, montante que foi objeto de precatório. O montante de R\$ 160, apresentado no saldo de impostos a recuperar em dezembro de 2021 contempla a 10ª parcela que aguarda liberação de pagamento (R\$ 160 em 2020).

Em outro processo vitorioso (processo nº 0004873-66.2014.4.03.6100) em ação de repetição de indébito contra a União Federal, tramitado perante a 13ª vara Civil Federal objetivando o reconhecimento judicial da inexigibilidade de qualquer recolhimento a título de PIS sobre folha de pagamento o juiz determinou a restituição do imposto que fora recolhido nos exercícios anteriores (5 anos), corrigido no montante de R\$ 242.

9 Imobilizado

	2021	2020
Terrenos	135	135
Computadores e periféricos	42	72
Instalações	488	390
Móveis e utensílios	158	96
Veículos	2	2
Máquinas e equipamentos	266	306
Edifícios	822	847
Reformas em andamento	-	46
	<u>1.913</u>	<u>1.894</u>

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2021 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas líquida	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Terrenos	135	-	-	-	-	135
Computadores e periféricos	72	5	-	-	(35)	42
Instalações	390	-	(1)	174	(75)	488
Móveis e utensílios	96	81	-	-	(19)	158
Veículos	2	-	-	-	-	2
Máquinas e equipamentos	306	10	-	-	(50)	266
Edifícios	847	-	-	-	(25)	822
Reformas em andamento	46	128	-	(174)	-	-
Total	<u>1.894</u>	<u>224</u>	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(204)</u>	<u>1.913</u>

A movimentação do ativo imobilizado ocorrida no ano de 2020 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2020
Terrenos	135	-	-	-	-	135
Computadores e periféricos	133	5	-	-	(66)	72
Instalações	285	8	-	158	(61)	390
Móveis e utensílios	78	37	-	-	(19)	96
Veículos	2	-	-	-	-	2
Máquinas e equipamentos	330	29	(4)	-	(49)	306
Edifícios	872	-	-	-	(25)	847
Reformas em andamento	106	98	-	(158)	-	46
Total	<u>1.941</u>	<u>177</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>(220)</u>	<u>1.894</u>

10 Intangível

	(%) Taxas anuais de amortização	2021	2020
Softwares	<u>20%</u>	<u>25</u>	<u>35</u>
Total	<u></u>	<u>25</u>	<u>35</u>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2021 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares	<u>35</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>25</u>
Total	<u>35</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(11)</u>	<u>25</u>

A movimentação do ativo intangível ocorrida no ano de 2020 pode ser assim demonstrada:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Softwares	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>35</u>
Total	<u>54</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>35</u>

11 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	<u>683</u>	<u>407</u>
Total	<u>683</u>	<u>407</u>

Trata-se de bens e serviços adquiridos ou contratados com vencimento de curto prazo que viabilizam a execução das atividades operacionais da Entidade.

12 Férias e encargos

	2021	2020
Encargos	317	223
Provisão de férias	653	491
Total	970	714

13 Patrimônio líquido

Os superávits da entidade são empregados integralmente nos seus objetivos sociais comentados na nota explicativa nº 1.

O patrimônio social na data base é de R\$ 7.602 (R\$ 8.724 em 2020) representa a movimentação dos superávits e déficits de exercícios anteriores. O superávit do exercício R\$ 252 (déficit R\$ 1.122 em 2020), será transferido para a conta patrimônio social após aprovação da assembleia geral dos associados, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1).

14 Contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda provável nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Riscos avaliados como perdas possíveis

A Entidade não possuía nenhuma contingência com risco de perda possível nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Na eventual possibilidade de encerramento das atividades da entidade, nos termos e condições previstos em seu estatuto social, artigo no 43, seu patrimônio social será revertido em benefício de entidade de assistência social congênere registrada no ministério do desenvolvimento social (MDS) e, que, preferencialmente, tenha sede e atividade preponderante no estado de São Paulo.

15 Receitas operacionais - Subvenções e convênios – com restrições

	2021	2020
PAA - Vocação Cultural 2019 Pronac - Lei Rouanet	-	1.403
Trabalho em Ação – CONDECA	-	39
Projeto Desenvolvimento Integral – CONDECA	-	96
Juventude#Consciente – CONDECA	-	1.187
Projeto #Trabalho em Ação – FUMCAD	710	68
Projeto PDI Ativando Redes – FUMCAD	281	-
Projeto PDI Crê-Ser – CONDECA	368	-
Projeto Vocação#Mundo do Trabalho – CONDECA	724	-
Total	2.083	2.793

Vide Notas Explicativas nº 5 e nº 19a.

16 Receitas institucionais – sem restrições

	2021	2020
Programa nota fiscal paulista (a)	2.501	1.456
Doação de pessoa física e jurídica (b)	3.266	3.533
Total	5.767	4.989

(a) Vide nota explicativa nº 7;

(b) Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas destinadas a manutenção das atividades, as doações possuem caráter institucional sem qualquer tipo de restrição .

17 Receita com aprendizagem e estágio – sem restrições

	2021	2020
Receitas com aprendizagem e estágio (a)	2.080	1.570
Total	2.080	1.570

(a) A Entidade desenvolve o programa de aprendizagem voltado para a inserção de jovens, em situação de vulnerabilidade social, no mercado de trabalho promovendo junto as empresas a lei da aprendizagem nº 10.097/2000, respeitando ainda as diretrizes da resolução CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) nº 33/2011 que define a promoção da integração no campo da assistência social. Os valores acima representam as contribuições das Entidades parceiras para que a Vocação ministre o treinamento dos jovens.

18 Venda de brindes corporativos e custos com geração de recursos – Sem restrição

Receita com venda de brindes - corporativos

	2021	2020
Receita bruta na venda de brinde corporativo	8.639	5.672
Deduções da receita bruta	(17)	(11)
Total da receita	8.622	5.661

Previsto em seu Estatuto - artigo nº 34 a Entidade promove a comercialização (revenda) de brindes promocionais (cartões de natal e brindes) junto a Entidades privadas para geração de renda própria e custeio da atividade fim.

Custos e despesas dos brindes vendidos

a. Custo dos brindes vendidos

	2021	2020
Personalização de brindes	(103)	(94)
Matéria-prima	(105)	(55)
Custo de aquisição dos brindes para revenda	<u>(4.825)</u>	<u>(3.088)</u>
Total	<u>(5.033)</u>	<u>(3.237)</u>

b. Despesas com brinde do bem

	2021	2020
Despesas com pessoal	(1.524)	(1.469)
Despesas com distribuição	(304)	(221)
Despesas com comunicação	(327)	(237)
Representantes	(20)	(11)
Despesas administrativas	<u>(150)</u>	<u>(72)</u>
Total	<u>(2.325)</u>	<u>(2.010)</u>
Total dos custos e despesas dos brindes vendidos	(7.358)	(5.247)
Resultado gerados pela venda de brindes	<u>1.264</u>	<u>414</u>

c. Despesas com nota fiscal paulista

	2021	2020
Despesas com pessoal	(594)	(796)
Despesas com serviços tomados	(207)	(128)
Despesas com logística	(61)	(50)
Outras despesas operacionais	<u>(54)</u>	<u>(42)</u>
Total	<u>(916)</u>	<u>(1.016)</u>

19 Custos e despesas operacionais

a. Despesa com assistência social – com restrições

A redução no investimento apresentado nesta nota é decorrente da redução das atividades sociais executadas por meio de projetos incentivados, vide nota explicativa nº 15.

Atividades sociais 2021

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho / Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Pessoal	262	1.177	-	-	94	1.533
Despesas operacionais	100	257	-	-	187	544
Despesas administrativas	6	-	-	-	-	6
Total com restrição	368	1.434	-	-	281	2.083

Atividades sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Total
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho / Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Pessoal	147	523	-	1.521	61	2.252
Despesas operacionais	33	123	-	-	36	192
Assessoria financeira (a)	-	-	-	349	-	349
Total com restrição	180	646	-	1.870	97	2.793

(a) Repasses financeiros permanentes e planejados às organizações parceiras, custeando recursos humanos, material pedagógico, alimentação, ajuda de custo para transporte, etc.

b. Despesas com assistência social – sem restrições

Atividades sociais 2021

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia	Total	Despesas administrativas
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral			
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político			
Pessoal	438	1.064	1.869	204	282	182	4.039	883
Despesas operacionais	211	76	301	-	50	525	1.163	386
Assessoria financeira (a)	-	-	-	206	-	-	206	-
Despesas administrativas	39	8	13	3	4	28	95	146
Total sem restrição	688	1.148	2.183	413	336	735	5.503	1.415

Atividades sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia		Total	Despesas administrativas
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral				
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	Campanhas Covid-19			
Pessoal	208	354	1.787	379	629	67	3.424	592	
Despesas operacionais	56	100	146	255	194	831	1.582	405	
Despesas administrativas	10	13	20	7	10	5	65	136	
Total sem restrição	274	467	1.953	641	833	903	5.071	1.133	

c. Despesa total com assistência social

Atividades Sociais 2021

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia	Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral			
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político			
Pessoal	700	2.241	1.869	204	376	182	5.572	883
Despesas operacionais	311	333	301	-	237	525	1.707	386
Assessoria financeira (i)	-	-	-	206	-	-	206	-
Despesas administrativas	45	8	13	3	4	28	101	146
Total sem restrição	1.056	2.582	2.182	413	617	735	7.586	1.415

Atividades Sociais 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Assessoramento		Campanhas de enfrentamento a Pandemia	Total R\$ mil	Despesas administrativas
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio	Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral			
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio	Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político			
Pessoal	355	877	1.787	1.900	690	67	5.676	592
Despesas operacionais	89	223	146	255	230	831	1.774	405
Assessoria financeira (i)	-	-	-	349	-	-	349	-
Despesas administrativas	10	13	20	7	10	5	65	136
Total sem restrição	454	1.113	1.953	2.511	930	903	7.864	1.133

Os registros nessas rubricas correspondem às despesas de atendimentos gratuitos com os nossos projetos e outras atividades assistenciais, e têm por objetivo demonstrar os recursos destinados diretamente às ações beneficentes e dão base para evidenciar os atendimentos concedidos.

d. Despesas com mobilização de recursos

	2021	2020
Despesas com pessoal	(953)	(509)
Despesas com marketing e eventos	(130)	(63)
Representação e serviços tomados	-	(96)
Total	(1.083)	(668)

20 Certificado de entidade beneficente de assistência social

A Entidade atua no terceiro setor no segmento de assistência social, Entidade sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública em âmbito estadual e municipal, bem como é detentora, nas mesmas esferas, do Certificado de Entidade Beneficente e de Assistência Social (CEBAS). De acordo com com a Lei Complementar nº 187/2021, Decreto 8.242/2014 e Resolução 33/12 do CNAS a certificação da entidade permanecerá válida até 31/12/2023 em conformidade ao Ofício nº 39/2021/MC/SEDS/SNAS/DRSP/CGCEB de 03/08/2021.

21 Concessão de gratuidade

Os valores relativos ao atendimento gratuito são apurados pelos gastos efetivos, com base em notas fiscais, folhas de pagamento e contratos de produtos e serviços.

A administração da Entidade entende que os recursos alocados as atividades estão adequados e atendem as exigências da Lei Complementar nº 187/2021. A análise e aprovação do cumprimento dos requisitos legais, estão vinculadas às futuras prestações de contas junto ao conselho municipal de assistência social.

A gratuidade é concedida observando-se as determinações e obedecendo aos limites mínimos, conforme art. 4º inciso ii da seção i da saúde e pelo art.13º §1º inciso iii “a” e “b” da seção ii da educação, e também pelo art.18º §1º e §2º da seção iii da assistência social. Conforme demonstrativo a seguir:

As quantidades em volume de atendimento, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Números (em quantidades) de atendimentos em 2021 e 2020:

Atendimentos/Assessoramento 2021

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Total atendimento	Assessoramento (alcance)		Total assessoramento
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio		Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio		Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Profissionais	-	-	-	-	-	555	555
Crianças e Adolescentes	1.035	2.982	3.833	7.850	1.343	12.085	13.428
Famílias	765	1.005	1.245	3.015	1.047	9.668	10.715
Equipamentos							
Número de CRAS/CREAS	-	-	-	-	-	6	6
Números de OSC's	-	-	-	-	10	30	40
Números de Serviços	-	-	-	-	14	77	91

Atendimentos/Assessoramento 2020

Descrição	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Integração ao Mundo do Trabalho		Total atendimento	Assessoramento (alcance)		Total assessoramento
	Crê - Ser – Icarai e Cidade Júlia	Preparação Para o Trabalho/Mentoria	Programa Aprendiz e Estágio		Crê - Ser - Organizações Parceiras	Programa de Desenvolvimento Integral	
	Atendimento para Crianças e Adolescentes de 6 a 14 anos	Programa para Adolescentes de 15 a 18 anos	Programa de Sócio Aprendizagem e Estágio		Assessoramento Adm. Financeiro	Assessoramento Técnico e Político	
Profissionais	-	-	-	-	84	767	851
Crianças e Adolescentes	420	3.501	1.875	5.796	1.308	18.857	20.165
Famílias	315	605	-	920	1.046	15.056	16.102
Equipamentos							
Número de CRAS/CREAS	-	-	-	-	-	6	6
Números de OSC's	-	-	-	-	11	55	66
Números de Serviços	-	-	-	-	11	78	89

Nota: Ao todo 9.395 famílias foram beneficiadas com as campanhas de enfrentamento à pandemia.

22 Remuneração da administração

O estatuto social da entidade possui previsão de não remuneração dos membros dos organismos da entidade, exceção feita à remuneração do Diretor Geral Executivo. A entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título, e aplicam integralmente nos projetos sociais e à manutenção de suas atividades.

23 Imunidade (isenção) usufruída

Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212 de 1991, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída – INSS em R\$ 1.888 (R\$ 1.793 em 2020).

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores.

24 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros, a entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);

Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL);

Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre as receitas próprias.

25 Gratuidade recebidas

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a entidade identificou e mensurou todo o valor de trabalho voluntário por ela recebida durante os exercícios de 2021 e 2020.

Os valores de trabalho voluntário foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes à cada um dos serviços recebidos e estão assim sumarizados:

	2021	2020
Serviço de proteção de crédito	(104)	(240)
Serviços de auditoria	(48)	(28)
Conselho voluntário	-	(34)
Total	(152)	(302)

26 Trabalho voluntário

Em 31 de dezembro de 2021 a empresa estimou o montante de R\$ 37 (R\$ 34 em 2020) referente a trabalho voluntário dos conselhos (administração e fiscal).

27 Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da entidade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros mantidos pela entidade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo.

Riscos associados

A entidade opera apenas com instrumentos financeiros não-derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a receber, contas a pagar, salários, férias e encargos.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, se aproximando, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício a entidade não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021 a entidade está sujeita aos fatores de:

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a entidade incorrer em perdas decorrentes de contribuições a receber decorrentes da falha dos contribuintes em cumprir com suas obrigações. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a entidade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre suas aplicações financeiras. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Entidade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

28 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias Seguradas (em reais)
Incêndio de bens do imobilizado	5.000.000
Responsabilidade civil operações	200.000

* * *

DocuSigned by:

Celso Luiz Teani de Freitas
27C1659A35104B2...
Diretor Geral

DocuSigned by:

Celia Regina Arruda
1552386A9D5E4C4...
Contadora
CRC 1SP173663-O9